

CIn discute meios de reduzir processos na área previdenciária



O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal (CIn) realizou, nos dias 25 e 26 de junho, encontros com o objetivo de buscar alternativas que contribuam para a redução de novos processos previdenciários na Justiça Federal.

As propostas para a desjudicialização foram discutidas com representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Defensoria Pública da União (DPU), além de magistrados e servidores públicos que lidam com a temática. Ao todo, três grupos foram montados para a discussão das temáticas: perícias médicas; contagem de tempo para a aposentadoria especial e cômputo de tempo para a aposentadoria rural.

Na abertura da reunião, a corregedora-geral da Justiça Federal, ministra Maria Thereza de Assis Moura, saudou os presentes e manifestou otimismo com os desdobramentos do encontro. “Tenho certeza de que esse trabalho vai ser muito importante para todos nós. Para o INSS, a AGU, o CJF e para a Justiça Federal como um todo, porque é do nosso interesse que estas questões possam ser resolvidas de maneira que nós evitemos acionar o Poder Judiciário, que a gente possa evoluir numa análise dos laudos das questões que envolvem as pessoas que precisam dos benefícios previdenciários. Que essa discussão toda possa resultar em boas práticas e ganhos para todos nós, Poder Judiciário, Poder Executivo e o jurisdicionado, quem realmente precisa dos préstimos do INSS”.

De acordo com a coordenadora do Grupo Operacional do CIn, juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, o evento é uma continuidade dos trabalhos desempenhados pelo CIn em relação à prevenção de litígios. “A Presidência do INSS propôs que nós trabalhássemos em conjunto algumas hipóteses de desjudicialização das demandas previdenciárias. A melhor forma de fazermos isso é juntando todos os atores envolvidos para verificar quais são os gargalos procedimentais que acarretam o excesso de litígio. A ideia é incentivar a cooperação. [...] Nestes dois dias, teremos a oportunidade de, juntos, conversarmos para tentar encontrar esses pontos e, de forma cooperativa, melhorar o nosso Sistema de Justiça”, ressaltou a magistrada.

Já o presidente do INSS, procurador federal Renato Rodrigues Vieira, revelou que, em média, cerca de seis mil processos de matéria previdenciária são abertos

todos os dias na Justiça. Ele se pronunciou no sentido de ter grandes expectativas com as proposições originadas no CIn. “Este trabalho é apenas o início. Não dá para a gente imaginar que deste grupo, nestes dois dias, a gente vai resolver o problema da judicialização excessiva da Previdência Social no Brasil. Mas, na verdade, é um piloto que eu tenho certeza que será bem-sucedido e, aí sim, se espalhará e se expandirá para todas as outras áreas da judicialização”, disse.

Participaram ainda das reuniões os juízes federais Marco Bruno Miranda Clementino, da Justiça Federal da 3ª Região; Itelmar Raydan Evangelista, da JF da 1ª Região, e José Antônio Savaris, da JF da 4ª Região. Os juízes auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal Daniel Marchionatti Barbosa e Evaldo de Oliveira Fernandes também acompanharam os trabalhos.

Atuação – O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal foi criado pela Portaria nº 369, de 2017, com a finalidade de monitorar e racionalizar as demandas repetitivas, além de aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes.

O Centro Nacional e os Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal foram institucionalizados por meio da Resolução CJF nº 499, de 1º de outubro de 2018.

A ideia é estimular a resolução dos conflitos ainda na origem e, assim, evitar a judicialização indevida. (Fonte: CJF)

Sepultado juiz federal Pompeu de Sousa Brasil



Após a comvente missa de corpo presente realizada no Auditório Ministro Dias Trindade desta Seccional, o corpo do juiz federal titular da 3ª Vara, Pompeu de Sousa Brasil, foi sepultado às 14h no Cemitério Jardim da Saudade, na presença de familiares, colegas, servidores e amigos, que prestaram a última homenagem ao magistrado.

TRF1 tem novas diretrizes para o Programa de Desenvolvimento Materno-Infantil - Maternal da JF1

Destinado a incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o primeiro ano de vida e promover a integração entre mãe e bebê e o pleno desenvolvimento da criança, o Programa de Desenvolvimento Materno-Infantil – Maternal da Justiça Federal da 1ª Região foi criado em 2002 e oferece serviços de berçário, acompanhamento e orientação às magistradas/servidoras gestantes e nutrizes da JF1.

Por meio da Resolução Presi 8327785, o TRF1 divulgou novas diretrizes para o programa, que, dentre outras mudanças, passa a ser coordenado pela Secretária do Bem-Estar Social (Secbe) com o auxílio da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa) que exercerá a coordenação administrativa dos serviços do Berçário e prestará apoio técnico por meio da supervisão da execução de serviços pelos profissionais de saúde do Tribunal.

Nas seções e subseções judiciárias que compõem a 1ª Região, a coordenação administrativa dos serviços de berçário será de responsabilidade da Seção ou Núcleo de Bem-Estar Social (Sebes/Nubes) e da Seção de Suporte Administrativo e Operacional (Sesap), respectivamente.

O documento também estabelece a capacidade máxima de 13 crianças, com idade entre 5 e 15 meses, para atendimento no Berçário e esclarece que a permanência de crianças com idade entre 12 e 15 meses será permitida desde que não existam, à espera de vaga, filhos de magistrados e servidores com idade inferior.

A íntegra das alterações bem como o procedimento para participar do programa estão disponíveis na Resolução que revoga as Resoluções 8, de 22 de março de 2002; 16, de 5 de agosto de 2002, e Presi 670-27, de 22 de dezembro de 2008.

Fonte: TRF1

Obra-prima da Semana

Mulher com Cachorro, de Katharina Fritsch

A alemã Katharina Fritsch é uma das artistas visuais mais importantes da atualidade, conhecida por suas esculturas e instalações espaciais que brincam com nossas concepções primitivas, desejos e medos.

O grupo de trabalhos intitulado “Woman with Dog” consiste em uma figura feminina, de 100 x 176 cm de altura, composta por conchas cor-de-rosa acompanhadas por um cão de design correspondente, juntamente com dezesseis guarda-chuvas flutuantes no teto e seis paisagens de cartão-postal.

Os objetos individuais no grupo são independentes uns dos outros e podem ser exibidos como um conjunto ou separadamente. A figura rosa com a flor e o chapéu lembra uma camponesa, incorporando uma espécie de *flânerie*. Ele emana uma doçura ambivalente e exaltação; no entanto, o motivo da mulher-concha - em um claro aceno para os surrealistas - também tem algo ameaçador.

A obra alude à cultura rococó e popular, evocando serenamente o difícil tema da simplicidade. Ela evoca a aura complexa de uma cidade como Paris e, ao mesmo tempo, arranca a deusa “nascida de espuma” do mundo dos mitos e entra no mundo moderno de objetos e lembranças do dia-a-dia. (Fonte: Google Arts & Culture)



Aniversariantes - Hoje: Elizabete Góes Silva Pereira Muniz (7ª Vara), Pedro Henrique Brito Terencio (Vitória da Conquista), Rodrigo Oliveira de Souza (3ª Vara), Kadja Cristina Moreira Teles (CEF) e Inoilson dos Santos Tavares (VIPAC). **Amanhã:** Argilandes Carvalho Guedes (15ª Vara), Arimar dos Santos Oliveira (17ª Vara), Elise Dias Machado Lima (19ª Vara), Ingrid Oliveira Figueiredo (Turma Recursal), Micheline Bacelar Pereira (4ª Vara), Larissa Mendes Correia (Jequié) e Geisiane Oliveira da Silva (Campo Formoso). **Parabéns!**